

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

4º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DE QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE DIREITO, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ

### 1ª ETAPA

#### INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE** COM MUITA ATENÇÃO ESTE **CADERNO DE PROVAS**. DEVE CONTER **30** (TRINTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, COM 04 (QUATRO) OPÇÕES DE RESPOSTAS ASSIM COMO **04** (QUATRO) QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.
2. AO RECEBER AS FOLHAS DE RESPOSTAS, **IDENTIFIQUE** AS MESMAS COM **SEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO** NO CAMPO APROPRIADO.
3. NÃO EFETUE QUALQUER MARCAÇÃO NOS CAMPOS DESTINADOS À ATRIBUIÇÃO DE GRAUS E NÃO FAÇA QUALQUER SINAL, NOME OU ASSINATURA NA PROVA. ESSAS CONDUTAS, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MEIO ILÍCITO NA REALIZAÇÃO DO EXAME ACARRETERÃO À ATRIBUIÇÃO DE GRAU ZERO E A ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO.
4. AS RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS DEVERÃO SER JUSTIFICADAS.
5. UTILIZAR SOMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA **PRETA OU AZUL** PARA AS RESPOSTAS.
6. SOMENTE SERÃO FORNECIDAS **DUAS** FOLHAS DE RASCUNHO, AS QUAIS NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA EFEITO DE CORREÇÃO.
7. É VEDADA A CONSULTA DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE À LEGISLAÇÃO OU À DOCTRINA.
8. O EXAME TERÁ DURAÇÃO DE **4h (QUATRO HORAS)**.
9. O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ RETIRAR-SE DA SALA APÓS TRANSCORRIDA **1** (UMA) HORA DO INÍCIO DA PROVA.

**CONFIE EM VOCÊ E BOA SORTE**

**4º PROCESSO SELETIVO  
PÚBLICO PARA A  
FORMAÇÃO DE QUADRO DE  
RESERVA DE ESTAGIÁRIOS  
DE NÍVEL SUPERIOR, DA  
ÁREA DE DIREITO, DA  
PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO MUNICÍPIO  
DE SÃO PEDRO DA ALDEIA–  
RJ**

**PRIMEIRA ETAPA**

**Primeira parte: questões  
objetivas de conhecimentos  
específicos**

**QUESTÃO 01**

Sobre os chamados “remédios constitucionais”, é correto afirmar que:

- a) a manifestação do Ministério Público nos autos de mandado de segurança é, em qualquer hipótese, dispensável.
- b) entende-se por direito líquido e certo aquele sobre o qual não pairam controvérsias jurídicas ou fáticas.
- c) o *habeas data* é a ação constitucional adequada para a retificação dos de dados concernentes ao impetrante.
- d) o mandado de injunção é o remédio constitucional hábil a assegurar ao membro do Ministério Público Federal o pleno exercício de suas atribuições funcionais.

**QUESTÃO 02**

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que contém apenas aquelas que estão CORRETAS:

I – O princípio da legalidade, previsto no art. 5º, II, CFRB, é tido na doutrina como sinônimo do

princípio da reserva legal, segundo o qual a regulamentação do comportamento humano só pode ser estabelecida através de lei formal.

II – Segundo entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, em razão do direito fundamental à isonomia, o limite de idade para a inscrição em concurso público só é legítimo quando tem por justificativas a natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

III – O art. 5º, XLIII ( “ *XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”* ) é norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que necessita da atuação do legislador infraconstitucional para editar a lei tipificadora dos crimes ali referidos.

IV – em razão da proteção constitucional ao sigilo de comunicações, a captação e gravação de conversas telefônicas por terceira pessoa sem o conhecimento de qualquer dos interlocutores somente é admitida mediante autorização judicial, para fins de investigação criminal ou em ação de improbidade administrativa.

- a) I, II e III
- b) I e IV
- c) III e IV
- d) II e III

**QUESTÃO 03**

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo entendimento já sumulado pelo STF, cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal editada no exercício de sua competência legislativa municipal.
- b) O Poder Legislativo, embora exerça, em regra, o controle preventivo da constitucionalidade das leis, tem também legitimidade para exercer o controle repressivo, através da sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V, CFRB) e da rejeição de medida provisória com base na sua inconstitucionalidade.
- c) A prerrogativa do Senado Federal de suspender, no todo ou em parte, a lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (art. 52, X, CFRB) é exercida através de ato discricionário
- d) Não há óbice à propositura de ação civil pública fundada na inconstitucionalidade de lei, desde que a declaração de inconstitucionalidade seja causa de pedir e não faça parte do pedido principal ou subsidiário.
- Pantanal Mato-Grossense, em razão de se tratar de ecossistemas integrantes do patrimônio nacional.
- b) a exigência de licenciamento prévio para o exercício de atividades econômicas consideradas potencialmente poluidoras não encontra amparo no ordenamento constitucional brasileiro, fulcrado nos princípios da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa
- c) a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obras potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente pode ser entendida como uma densificação dos princípios da precaução e prevenção que regem o Direito Ambiental
- d) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente são requisitos para que a propriedade rural cumpra a sua função social e, de tal forma, se torne insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária

#### QUESTÃO 04

Sobre a tutela constitucional ao meio ambiente, é CORRETO afirmar que:

- a) Segundo o entendimento jurisprudencial majoritário, é de competência da Justiça Federal o julgamento de crimes ambientais perpetrados em detrimento da Floresta Amazônica, Mata Atlântica e

#### QUESTÃO 05

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A fixação de horário para o funcionamento do comércio local (lojas, farmácias, etc), segundo entendimento jurisprudencial já consolidado, se insere na competência municipal, desde que tal regramento não infrinja leis estaduais ou federais.
- b) A faculdade conferida pela Constituição Federal de 1988 à União de delegar assuntos de sua competência privativa

legislativa aos Estados, admite, por exemplo, que a União, através de lei complementar, delegue ao Estado do Rio de Janeiro a competência para legislar sobre direito processual penal.

- c) Ao definir as competências administrativas dos Municípios, a Constituição Brasileira de 1988 adotou a técnica do estabelecimento de competências remanescentes, reservando aos entes municipais as atribuições que não forem expressamente definidas como pertencentes à União Federal ou aos Estados-membros;
- d) A prerrogativa de edição de medidas provisórias, pelo Presidente da República, em casos de relevância e urgência, estende-se aos Governadores dos Estados, independente de expressa previsão na Constituição Estadual respectiva, em razão do poder constituinte derivado decorrente

#### QUESTÃO 06

A existência legal da pessoa jurídica de direito privado se inicia:

- a) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo
- b) com a elaboração e assinatura de seu ato constitutivo, o qual, após regularmente inscrito em registro próprio, adquire eficácia *erga omnes*;
- c) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando

necessário, de autorização legislativa;

- d) por escritura pública, testamento ou dotação especial de bens livres.

#### QUESTÃO 07

Com relação aos direitos da personalidade, NÃO é correto afirmar que:

- a) aplicam-se, no que couber, às pessoas jurídicas;
- b) são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício, todavia, ser limitado pela vontade do sujeito ativo, desde que manifestada de forma válida e inequívoca;
- c) sua violação ou ameaça de lesão acarreta a responsabilidade civil do ofensor, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- d) a sua enumeração na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) deve ser entendida como exemplificativa (*numerus apertus*) e não taxativa (*numerus clausus*)

#### QUESTÃO 08

Assinale a única alternativa FALSA:

- a) negócio jurídico é toda a ação humana lícita destinada a criar, modificar ou extinguir relações ou situações jurídicas, distinguindo-se do ato jurídico em sentido estrito por ter, ao contrário deste último, a vontade do agente como principal fonte de efeitos.
- b) os terrenos de marinha, em sua integralidade, são classificados como bens de uso comum do povo, não sendo, de tal sorte,

- admitida a sua alienação ou uso exclusivo por particulares;
- c) os atos jurídicos, para serem válidos, devem possuir sujeito capaz, objeto possível, motivo lícito e forma prescrita ou não defesa em lei
  - d) as obrigações têm como elementos estruturais as partes, o objeto e o vínculo jurídico, sendo este último, para a teoria dualista, subclassificado em vínculo primário (débito) e secundário (responsabilidade).

### QUESTÃO 09

Sobre o Direito de Propriedade, é CORRETO afirmar que:

- a) a propriedade de bem imóvel apenas pode ser adquirida através da usucapião ou de transcrição do título aquisitivo em registro público
- b) a morte do autor da herança não opera, por si só, a transmissão da propriedade dos bens imóveis aos herdeiros, o que só se conclui a partir da averbação do formal de partilha perante o Registro de Imóveis.
- c) a função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) justifica a imposição de limitações administrativas, desde que as mesmas não impliquem restrição ao uso e fruição do bem.
- d) entende-se por nua propriedade aquela em que o proprietário não pode exercer as faculdades de usar e fruir o bem, inerentes ao domínio.

### QUESTÃO 10

A obrigação de reparar o dano :

- a) poderá existir independente de culpa apenas nos casos expressamente previstos em lei;
- b) só existe quando demonstrado o nexó causal entre a conduta do agente e o dano a ser reparado, mesmo nas hipóteses em que se admite a responsabilidade objetiva.
- c) não pode ter como fonte atos lícitos
- d) não tem lugar quando o dano causado é de natureza moral e o ofendido é pessoa jurídica.

### QUESTÃO 11

A aplicação de multas e embargos pela administração ambiental consubstancia o exercício do poder:

- a) de polícia
- b) discricionário.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.

### QUESTÃO 12

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) sociedade de economia mista (ex.: Banco do Brasil) é pessoa jurídica de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital, voltada à realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado, regendo-se pelas normas das sociedades mercantis, com as adaptações impostas pela lei que autorizar sua criação e funcionamento.
- b) empresa pública federal (ex: Caixa Econômica Federal) é pessoa jurídica de direito privado, instituída pelo Poder Público mediante autorização

de lei específica, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviço público ou a realização de atividade econômica de relevante interesse coletivo, nos moldes da iniciativa privada, podendo revestir qualquer forma e organização empresarial.

- c) a Agência Nacional de Telecomunicações é uma agência reguladora, instituída como autarquia sob regime especial, caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes (mandato fixo), autonomia financeira e poder normativo.
- d) o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de membro da Federação e entidade da administração indireta, é dotado de autonomia política, administrativa e financeira.

### QUESTÃO 13

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) ainda que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade contra a Administração Pública, o particular, segundo a interpretação jurisprudencial da Lei 8.492/92, não está sujeito às sanções ali previstas.
- b) apesar de conter um rol de atos de improbidade administrativa para cada uma das modalidades (enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação de princípios da Administração Pública), os respectivos incisos dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 são exemplificativos.
- c) constitui ato de improbidade administrativa, por atentar contra os princípios da

Administração Pública, o simples fato de o agente público deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

- d) a frustração da licitude de concurso público está expressamente prevista em lei como ato de improbidade administrativa.

### QUESTÃO 14

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os cargos em comissão podem ser ocupados por pessoas que não integrem os quadros da respectiva carreira.
- b) em certas hipóteses, é lícita a acumulação, ainda que remunerada, de cargos públicos acessíveis mediante concurso.
- c) são vedadas a dispensa de função de confiança e a exoneração de cargo em comissão, quando *ad nutum*.
- d) a legislação administrativa prevê a pena de demissão em caso de ato de improbidade administrativa.

### QUESTÃO 15

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) em responsabilidade civil do Estado, segundo o STF, o servidor público responde perante a pessoa jurídica a cujo quadro pertencer, mas não diretamente perante o particular que tenha sofrido o dano.
- b) a revogação do ato administrativo, quando cabível,

pode ser praticada tanto pela própria Administração quanto pelo Judiciário.

- c) segundo a auto-executoriedade, o ato administrativo pode ser posto em execução pela Administração sem necessidade de intervenção do Judiciário;
- d) pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo discricionário fica condicionada à existência dos motivos que forem declarados.

### QUESTÃO 16

Analise as frases abaixo e marque a opção que indica quantas assertivas estão corretas:

- a lei posterior, quando favorece o agente criminoso, é aplicável ainda que em detrimento da coisa julgada.
- a lei temporária é aplicável ao fato praticado durante sua vigência, embora cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado advenha tempos depois.
- a lei penal brasileira é aplicável a embarcações de propriedade privada que estejam no mar territorial brasileiro, mesmo as estrangeiras.
- quem pratica crime no estrangeiro contra sociedade de economia mista brasileira está sujeito à lei penal

brasileira, ainda que seja absolvido no exterior.

- a) Todas.  
b) Quatro.  
c) Três.  
d) Duas.

### QUESTÃO 17

Segurado da Previdência Social falsifica documentos a fim de obter benefício fraudulento do INSS, com facilitação do servidor da autarquia encarregado da concessão. Durante 8 meses, recebe o benefício, tendo repassado ao servidor a primeira parcela, obedecendo a acordo previamente estipulado. Por conta de auditoria interna, o benefício é cancelado, sendo-lhes cobrados os valores recebidos indevidamente. Assinale a alternativa correta:

- a) o segurado responderá pelo crime de falso e pelo estelionato, enquanto o servidor responderá por peculato
- b) o segurado responderá pelo crime de estelionato, enquanto o servidor responderá por peculato
- c) ambos responderão pelo crime de peculato.
- d) ambos responderão pelos crimes de falso e estelionato.

### QUESTÃO 18

Durante um depoimento em audiência judicial, uma testemunha faz afirmação falsa. Em novo depoimento no curso do mesmo processo, confessa ter sido mendaz e declara a verdade. Assinale a alternativa correta:

- a) a retratação não tem efeitos criminais, pois o falso

testemunho é crime formal, persistindo, portanto, a punibilidade.

- b) está configurado o crime de falso testemunho, com circunstância atenuante, pela confissão da falsidade.
- c) está configurado o crime de falso testemunho, com o benefício do arrependimento posterior, pela declaração da verdade.
- d) ocorrendo a retratação antes da sentença no processo relativo ao testemunho, o fato deixa de ser punível.

### QUESTÃO 19

X, como sócio-gerente de determinada pessoa jurídica, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime contra a ordem tributária. Após o recebimento da denúncia, a pessoa jurídica faz o pagamento do crédito tributário devido. X é beneficiado pelo(a):

- a) extinção da punibilidade.
- b) arrependimento eficaz.
- c) arrependimento posterior.
- d) circunstância atenuante.

### QUESTÃO 20

Analise as frases abaixo e assinale a opção que indica quais assertivas estão corretas:

1ª. existe previsão de responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes contra o meio ambiente, caso em que se exclui a responsabilidade das pessoas físicas partícipes do mesmo fato.

2ª. O *caput* do art. 34 da Lei 9.605/98 (“pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão

competente”) constitui norma penal em branco.

3ª. O art. 60 da Lei 9.605/98 (“construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes”) contém núcleos alternativos.

4ª. O art. 60 da Lei 9.605/98 configura crime de perigo.

5ª. O *caput* do art. 67 da Lei 9.605/98 (“conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público”) constitui crime comum ou geral.

- a) 1ª, 2ª, 4ª.
- b) 2ª, 3ª, 4ª.
- c) 1ª, 3ª, 5ª.
- d) 3ª, 4ª, 5ª.

### QUESTÃO 21

Sobre a atuação do Ministério Público como *custus legis*, é INCORRETO afirmar que:

- a) o órgão ministerial oficiante deve ter vista dos autos após a manifestação de ambas as partes, ou o decurso do prazo concernente;
- b) nas causas em que há interesse de incapazes, deverá o ministério público atuar na defesa da parte incapaz
- c) é obrigatória a intervenção do ministério público em ação de

reintegração de posse ajuizada pelo INCRA em face de trabalhadores rurais “sem terra” ocupantes irregulares de imóvel destinado à implantação de projeto de Reforma Agrária.

- d) o Ministério Público poderá, em sua atuação como fiscal da lei, juntar documentos e requerer a produção de provas necessárias à instrução do feito, ainda que não apontadas pelas partes litigantes.

### QUESTÃO 22

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o julgamento antecipado da lide ocorre quando é verificada a ausência de uma condição da ação ou de um pressuposto processual
- b) pode ser citada como exemplo de legitimidade *ad causae* ordinária a legitimidade do cidadão para a propositura de ação popular
- c) o exercício da legitimidade extraordinária, nas hipóteses legalmente previstas, acarreta o fenômeno da substituição processual.
- d) A ausência de qualquer das condições da ação acarreta a prolação de uma sentença terminativa, que apenas faz coisa julgada formal.

### QUESTÃO 23

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) em sendo pleiteado em juízo provimento que não traga ao demandante qualquer utilidade, o processo deverá ser encerrado sem que se tenha um provimento de mérito, visto que o Estado estaria exercendo

atividade desnecessária ao julgar a procedência ou improcedência da demanda ajuizada

- b) para que o interesse de agir esteja presente, não basta que a ida ao juízo seja necessária, uma vez que é mister ainda que haja o interesse-adequação, ou seja, é preciso que o demandante tenha buscado em juízo o provimento adequado à tutela da posição jurídica por ele sustentada na petição inicial.
- c) a propositura de ação de execução por quem não dispõe de título executivo caracteriza a carência da ação, em face da ausência de legitimidade *ad causae* do exequente
- d) à luz da Teoria da Asserção, a presença das condições da ação deve ser verificada em abstrato, considerando-se, por hipótese, que as assertivas formuladas pelo demandante em sua inicial são verdadeiras

### QUESTÃO 24

Sobre o Direito Probatório, NÃO é correto afirmar que:

- a) embora as provas devam recair, em tese, sobre matérias fáticas, em algumas situações excepcionais, o objeto de prova pode ser matéria de direito.
- b) de acordo com as regras de distribuição do ônus da prova estabelecidas no sistema processual civil brasileiro, cabe ao autor provar o fato constitutivo do seu direito, isto é, aquele que deu origem à relação jurídica deduzida em juízo
- c) de acordo com o princípio da vedação a provas ilícitas, uma

vez levadas aos autos, as provas não mais pertencem a quaisquer das partes, e sim ao juízo, não importando, pois, quem as produziu.

- d) embora o sistema processual civil brasileiro adote, como regra, o sistema da persuasão racional (ou livre convencimento motivado), para a valoração das provas produzidas em juízo, o Código Processual Civil ainda guarda resquícios pontuais do sistema da prova legal ou tarifada.

### QUESTÃO 25

A ação civil pública, consoante entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante:

- a) pode ser ajuizada por qualquer cidadão, para pleitear a anulação de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, Municípios e entes da administração pública indireta.
- b) poderá ter como objeto a condenação ao cumprimento de obrigação de fazer, admitindo-se a fixação de multa diária para o caso de descumprimento da decisão judicial condenatória
- c) deve ser proposta perante o Juízo Estadual do foro em que ocorrer o dano, ainda que tenha como parte a União, entidade autárquica ou empresa pública federal, nas comarcas que não sejam sede de Vara Federal,
- d) não poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, em caso de existência de Termo de Ajustamento de Conduta com objeto idêntico, firmado por outro ente legitimado.

### QUESTÃO 26

Analise as frases abaixo e assinale a opção que indica quais assertivas estão corretas:

1ª. O sistema processual penal brasileiro é inquisitório.

2ª. A justa causa, uma das condições para o exercício regular do direito de ação penal condenatória, consiste na prova de materialidade do crime e nos indícios de sua autoria.

3ª. Os deputados estaduais fluminenses têm prerrogativa de foro, no caso de crime federal, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

4ª. O STF é restritivo quanto a aceitar o clamor popular como base para o decreto de prisão provisória, admitindo-o somente em caso de crimes hediondos.

5ª. Conforme recente súmula vinculante do STF, o uso de algemas em presos por crimes financeiros, sem justificativa por escrito, acarreta a nulidade da prisão e a responsabilidade civil do Estado.

6ª. Consoante súmula do STJ, caso a ação penal seja instruída por inquérito policial, torna-se desnecessária a resposta preliminar nos crimes praticados por funcionários públicos, prevista no art. 514 do CPP.

a) 1ª, 2ª, 5ª.

b) 2ª, 3ª, 6ª.

c) 2ª, 4ª, 5ª.

d) 3ª, 4ª, 6ª.

### QUESTÃO 27

Sobre a atuação do Ministério Público no processo penal, é correto afirmar que:

- a) Recebendo inquérito policial em que há pessoas indiciadas pela prática do crime, deve seu membro oferecer denúncia

- contra elas, sob pena do cometimento de falta funcional.
- b) O prazo para interpor os recursos de apelação e em sentido estrito começa a correr da intimação pessoal do seu representante, com o envio dos autos à unidade local do Ministério Público.
  - c) Na ausência de membro do Ministério Público na audiência, pode o juiz designar um advogado para funcionar *ad hoc*.
  - d) o Ministério Público tem prazo em dobro para praticar os atos ordinários e em quádruplo para recorrer.
- a) é permitida, em princípio, nos crimes cuja pena mínima cominada não seja superior a 1 ano, independentemente do rito processual.
  - b) é permitida nos crimes contra o meio ambiente mesmo sem a prévia reparação do dano, ficando a extinção da punibilidade condicionada a laudo
  - c) deve haver aceitação expressa do réu, ainda que seu advogado declare nos autos ter havido a concordância daquele.
  - d) conforme entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores, trata-se de direito subjetivo do réu.

### QUESTÃO 28

Sobre a transação penal, NÃO é correto afirmar que:

- a) é permitida, em princípio, nos crimes cuja pena máxima cominada não seja superior a 2 anos, independentemente do rito processual.
- b) nos crimes contra o meio ambiente, exige a prévia composição do dano ambiental, salvo comprovada impossibilidade.
- c) gera nulidade a sua aplicação no âmbito do juizado criminal comum, pois deve ser aplicada no juizado criminal especial.
- d) não implica reincidência, mas impede nova transação penal pelo prazo de 5 anos.

### QUESTÃO 29

Sobre a suspensão condicional do processo, NÃO é correto afirmar que:

### QUESTÃO 30

Entre as alterações recentemente introduzidas no Código de Processo Penal, NÃO consta:

- a) unificação dos prazos para interpor a apelação e as respectivas razões.
- b) introdução do sistema de perguntas diretas pelas partes às testemunhas.
- c) realização do interrogatório do réu após o depoimento das testemunhas de
- d) previsão expressa da citação com hora certa, caso o réu se oculte para não ser citado.

## 4.º CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

### PRIMEIRA ETAPA

#### Segunda parte: questões discursivas de Conhecimentos Específicos

##### PRIMEIRA QUESTÃO:

Discorra, em no mínimo 10 e no máximo 30 linhas, sobre a responsabilidade extracontratual do Estado.

##### SEGUNDA QUESTÃO:

Correntista da Caixa Econômica Federal (CEF), agência Cabo Frio, aponta transferência fraudulenta via *internet banking*, para conta do Bradesco mantida em agência localizada em São Paulo/SP, no dia 17/10/2007, no valor de R\$ 400,00. Pergunta-se (as respostas devem ser fundamentadas): Qual a figura típica? A competência para processar e julgar o crime é federal ou estadual? De qual seção judiciária ou comarca? É aplicável a insignificância? Quando prescreve o crime? (máximo 40 linhas)

Para embasar a argumentação jurídica que deverá ser formulada, são transcritos abaixo os dispositivos pertinentes, os quais não deverão ser copiados na resposta:

##### Constituição da República

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

##### Código Penal

Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;

III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI - em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

## Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

## Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

## Código de Processo Penal

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

### **TERCEIRA QUESTÃO:**

Em ação proposta perante a Justiça Estadual, a Advocacia Geral da União peticiona requerendo a sua admissão no feito, alegando a existência de interesse jurídico da União Federal no resultado da lide. O juiz estadual indefere o pleito, por entender inexistente o interesse jurídico alegado, e determina o regular prosseguimento do processo. Analisando a situação exposta, responda aos questionamentos abaixo formulados, fundamentando a sua resposta com conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais.

- a) qual a modalidade de intervenção de terceiros postulada pela União Federal? *(valor: 2,0. Máximo: 5 linhas)*
- b) Está correto o procedimento adotado pelo Juiz Estadual? Por quê? *(valor: 3,0 pontos. Máximo: 15 linhas)*
- c) caso fosse admitido o ingresso da União Federal no feito, poderia o processo continuar tramitando perante o Juízo Estadual? *(Valor: 3,0 pontos. Máximo: 15 linhas).*
- d) qual o recurso cabível em face da decisão judicial em questão? *(Valor: 2,0. Máximo: 5 linhas)*

#### **QUARTA QUESTÃO:**

Disserte sobre áreas de preservação permanente e unidades de conservação (espaços territoriais especialmente protegidos), abordando, em especial, os seguintes tópicos:

- e) base jurídica para a sua instituição;
- f) espécies;
- g) regime jurídico;
- h) possibilidade de ocupação por particulares

Valor: 10 pontos. Máximo: 30 linhas.

Para embasar a sua argumentação jurídica, seguem transcritos alguns dispositivo constitucionais pertinentes, os quais NÃO deverão ser copiados na resposta

#### Constituição Federal

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento)

**III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)**